



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 04/2010

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2010
INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 17HORAS E 50 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	10
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	14
- ENCERRAMENTO.....	15

ACTA N.º 04/ 2010

ABERTURA

Aos oito dias do mês de Outubro de dois mil e dez, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Regulamento do PDM - Norma Interpretativa do n.º 5 do artigo 8.º;
- 2.3** - Regulamento da Central de Camionagem da Covilhã e Transporte de Passageiros da Zona Urbana;
- 2.4** - Desafecção de Parcela de Terreno, sita em Lagoeiros, Freguesia de Santa Maria, do Domínio Público para o Domínio Privado do Município.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Artur Filipe Schouten Patuleia, Prof. Bernardino Gata da Silva, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Maria de Lurdes Pereira Batista Pinto Lourenço, João Manuel Pinto, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Dr. Rui António Nabais Cordeiro Lourenço, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dra. Neli de Ascensão Pereira, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Eng.º Rui Salgueiro Ramos Moreira, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Dra. Dina Maria Pinto Proença Machado e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldes Ramos (Casegas), Carlos do Carmo Martins (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. António Mendes Paulo (Erada), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), Carlos Alberto Matos Mendes (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldes Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Baptista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício n.º 20310/CS/2010 da Comissão Parlamentar da Saúde a acusar a recepção das Moções “Criação do Hospital Central da Covilhã” e “Manutenção das Maternidades Existentes no Distrito”;
- E-mail, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, a remeter cópia do Projecto-Lei que “Altera o Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral”;
- E-mail, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, a remeter cópia do Projecto-Lei que “Estabelece o Regime Jurídico das Associações de Municípios de Direito Público”;
- Ofício n.º 602 da Assembleia Municipal de Tomar a remeter cópia da Deliberação em Minuta da Moção “Portagens na A23”;
- Ofício n.º 489 do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã a remeter documento, emitido pela Coordenadora do Conselho de Docentes, a manifestar o desacordo na constituição de mega – Agrupamentos;
- Ofício n.º 35658-3133AC/10 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a acusar a recepção da Moção pela “Discriminação Positiva dos Residentes na Utilização da A23”;
- Ofício GAB/254/2010 do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata a acusar a recepção da Moção pela “Discriminação Positiva dos Residentes na Utilização da A23”;
- Ofício n.º 5451 do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Pelo não Encerramento de Escolas no Concelho da Covilhã”;
- Ofício Circular n.º6/2010 da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão a informar que deliberou por unanimidade subscrever o teor da Moção da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo sobre a introdução de Portagens na A23;
- Ofício n.º 27177 da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. sobre a Moção “Proposta de Reforço - Médicos de Família no ACES da Cova da Beira”;
- Ofício n.º 4515 do Chefe de Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a acusar a recepção da Moção pela “Discriminação Positiva dos Residentes na Utilização da A23”;

- Ofício n. 5537 do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Proposta de Reforço - Médicos de Família no ACES da Cova da Beira”;
- Ofício n. 5541 do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção pela “Discriminação Positiva dos Residentes na Utilização da A23”;
- Ofício n.º 5355 da Casa Civil do Presidente da República a acusar a recepção da Moção “Proposta de Reforço - Médicos de Família no ACES da Cova da Beira”;
- Ofício n.º 5380 da Casa Civil do Presidente da República a acusar a recepção das Moções aprovadas na Sessão de 16 de Julho de 2010;
- Ofício Circ. 137 da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses a informar que o “V Fórum Ibero-Americano de Governos Locais” se realiza em Mar del Plata, Argentina, de 14 a 16 de Outubro;
- E-mail, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, a remeter cópia da resposta do Governo à pergunta “Falta de Pagamento às Autarquias em relação aos Transportes Escolares”.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Carlos Gil fez uma Declaração Política sobre as Comemorações do Centenário da República (**doc. 01**). -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira fez uma Declaração Política referiu-se às medidas de austeridade e às normas de atribuição de apoios a Associações (**doc. 02**); apresentou uma Proposta de Recomendação sobre o Mercado Municipal (**doc.03**). -----

--- O Senhor João Casteleira (Vales do Rio) agradeceu à Câmara Municipal todos os esforços encetados para que as Escolas não encerrassem no Concelho da Covilhã. De seguida, deixou “um recado” ao Governo para que tenha em atenção que com o encerramento das Escolas a desertificação é maior.
“Porque não são só as crianças que são deslocadas, os Pais vão atrás. É esse o grande problema, que o nosso Governo ainda não percebeu, mais desertificação nas nossas Aldeias! Por isso fica aqui o recado”. -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva fez uma intervenção, dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre o Programa das Comemorações do Dia da Cidade onde constatou não haver qualquer indicação da Cerimónia da Assembleia Municipal. Referiu, em nome da Bancada do Partido Socialista, que considera “um desrespeito para com o Órgão, Assembleia Municipal”
Terminou a sua intervenção dizendo: “Vemos com enorme tristeza a forma como a Assembleia Municipal está a ser tratada neste processo”. -----

--- O Senhor João Pinto fez uma intervenção sobre as Portagens na A23 (**doc. 04**). -----

- O Senhor Prof. Reis Silva disse que se ouvem os Responsáveis pelo PS a acusar os do PSD pela introdução das Portagens nas SCUT e vice-versa, pelo que pergunta: “Afinal quem é o Pai desta Criança?” -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse: “Sinceramente, eu acho que, sobre isto não há confusão nenhuma. E, é bem que fique muito bem claro que, tanto o PSD como o PC, agora, parece que estão aqui a querer lançar qualquer confusão.

Na última intervenção que houve, sobre esta matéria, nesta Assembleia Municipal eu convidei o Partido Social-Democrata e disse que então tinha percebido porque é que ele tinha perdido na Covilhã. Porque o Presidente do PSD é o principal causador, o número um, desta situação. Porque foi ele que exigiu que houvesse portagens na A23, em primeira-mão.

Esta foi a grande questão!

E, é preciso vermos o que está no programa do Governo, o programa do Governo dizia isto: 3 SCUT’S para pagar e 4 isentas, onde está a A23. E, o que disse o PSD foi: 7 SCUT’S para pagar e disse mais: utilizador/ pagador.

É evidente que isto demonstra um desrespeito total pelo Interior deste País e por todos aqueles que ao longo de muitos anos vêm defendendo com muita força (nos quais me incluo e nomeadamente o Presidente desta Câmara) na defesa dos interesses do Interior. Porque, quem é que paga o Metro? Quem é que paga a Carris? Quem é que paga a TAP? Quem é que paga tudo isso? Não somos nós todos?!

Então, pela primeira vez que havia algum benefício para o Interior é o Presidente do PSD que vem dizer que temos que pagar?!

Foi isto e nada mais!” -----

- O Senhor João Pinto respondeu: “Há um conjunto de pessoas no PSD, a nível Nacional, que há bastante tempo falam que se deviam ter implantado as Portagens.

Mas, são posições!

Nós, estamos aqui no Interior, sabemos aquilo que passámos durante muitos anos, durante dezenas de anos, por estes Montes e Vales, como referi anteriormente e entendemos que era justo, era obrigatório, sermos isentados de Portagens.

O PS faz o mal e a caramunha!

Quer dizer, o Governo está ansioso e está impossibilitado de manter as Portagens pelos erros, pelas asneiras, pelo desastre, a que levou o País. E, o Senhor Deputado Carlos Casteleiro, vem atirar para cima do PSD os custos da decisão que o Governo estava ansioso por tomar e tem que tomar obrigatoriamente, porque não há fundos e não há capacidade para responder aos custos anuais das SCUT’S.” -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa fez uma Declaração Política sobre a situação política e social (**doc.05**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro referiu-se ao Associativismo no Concelho da Covilhã e terminou a intervenção com uma homenagem ao Senhor Victor Rebordão, Dirigente da ADE (**doc.06**). -----

--- O Senhor Victor Rebordão agradeceu as palavras do Senhor Dr. Carlos Casteleiro e informou que continua à frente dos destinos da ADE e que tudo fará para que “o Clube continue a ser o Grande Clube do Concelho e da Cidade”. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: “Às vezes tenho a sensação de que não vivo no mesmo País onde certas pessoas vivem. E depois de ouvir aqui, inenarravelmente, fazer reivindicações de vária ordem, à Câmara Municipal, como se nadássemos num mar de abundância, num mar da tranquilidade financeira, realmente é de estranhar.

Falou-se, aqui, de tudo menos do que o País está a atravessar e concomitantemente a Autarquia. Até se falou das Cerimónias dos 140 anos que têm a visita, que é única na história num Aniversário da Cidade da Covilhã, do Presidente da República.

Estamos na lata! Estamos no fundo!

Já se não põe o problema de salvarmos as finanças, se calhar, põe-se o problema de salvarmos a soberania Nacional. Porque somos governados pelo BCE, pela Senhora Merkel, ou por outras Autoridades. Tudo isto, assobia-se para canto e o Senhor Ministro dos Transportes anuncia a continuidade da Ponte sobre o Tejo.

Estamos numa situação em que acordámos, no dia 29 de Setembro, num pesadelo depois de dois PEC’S aprovados com a anuência do Partido Social-Democrata. No dia 29 de Setembro, a cru, o Senhor Primeiro-Ministro e o Governo, decidiram, de uma só vez, resolver os problemas deste País, cortando os salários aos trabalhadores, congelando as pensões, diminuindo as prestações do, tal, estado social, que tanto se fala, e que afecta tanta gente até, na nossa Cidade. Congelam-se os salários até 2012, não só se congelam como se retiram entre 5 e 10% dos salários da Função Pública, como se fossem uma espécie de bodes expiatórios e de maus da fita.

Como sabem, no terceiro trimestre, há uma diminuição de receitas, para as Autarquias, de 100 milhões de euros. Não contentes com isso, no dia 29 de Setembro, o Senhor Primeiro-Ministro e o seu Governo, decidem retirar às Autarquias Locais 0,2% do produto interno bruto, no valor de 340 milhões de euros. E vêm pedir subsídios?!

Em que País estamos?

Meus Senhores! É tempo, de facto, para acordarmos!

É tempo, também, de nos indignarmos. Porque, o problema não está na necessidade de aplicar medidas, que são gravosas para todos, mas está na sua quantificação, na sua qualificação e no seu atempamento. Quando a anterior Líder do PSD chamava a atenção, qual oráculo negro, sobre uma previsão financeira da situação em que o Estado iria cair, fomos chamados de derrotistas, fomos chamados de fatalistas, fomos chamados de Velho do Restelo, fomos chamado de inimigos do progresso do País. E agora? Tivemos razão, no passado, em relação ao futuro!

E, o Senhor Ministro dos Transportes continua a dizer que não faz o Poceirão a Lisboa mas, faz o Poceirão à Fronteira e continua a dizer isto.

Em que País estamos?

Há uma coisa, no entanto, que tem que nos animar. É que, as finanças da Câmara Municipal, com os nossos problemas, com o nosso endividamento, apesar de tudo, não vão impedir o Presidente da Câmara e a sua equipa de continuarem a tentar manter as promessas eleitorais, a reforçar a coesão do Concelho, ao contrário do que se faz em não se reforçar a coesão Nacional, em ajudar os mais fracos, em manter uma atitude de atenção, em relação à consolidação de algumas situações de difícil resolução, para famílias pobres, no nosso Concelho, e parece que ninguém liga a isto. Nós estaremos atentos!” -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro: “Eu só gostaria de lembrar ao Senhor Professor, para além de eu gostar sempre de o ouvir e da sua retórica ser uma coisa em que eu tenho um certo prazer, mas há uma coisa que nós temos que ficar claros. Lembro-me da famosa reunião dos economistas do PSD, entre aspas “Brigada do Reumático”, desculpem lá, pediam medidas até ao dia 29, às 19h59, às 21 horas já não é preciso medidas nenhuma. Eh pá definam-se! O que é importante é ter-se a coragem, quando se governa, de dizer e fazer aquilo que o Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates, fez. E, repito, é bom e que fique bem claro, até às 19h59 toda a gente pedia medidas, as medidas são tomadas. Às 21 horas aqui d’el Rei que se tomaram medidas”. -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata: ” Os Senhores continuam a fazer de conta. Este é o País do faz de conta!

Ninguém é capaz de assumir o buraco entre o 2.º PEC e este agora, porquê? Em pouco mais de uma semana o que é que aconteceu? Será que as mais valias da maior venda, em Portugal da VIVO ao Brasil, não foram tributadas, não foram tributadas? Não valeram um tostão de impostos para o Estado? Será que o Estado já estava à espera de ir sacar dois mil e seiscentos milhões de euros, por causa disso, em paga? Será por isso que o Senhor Zenail Bava está tão em baixo?

Portanto, Senhor Dr. Carlos Casteleiro, o problema que se põe é que nós não podemos, continuamente, andar a dizer que isto é uma miríade de maravilhas e, depois, acordarmos como acordámos no dia 29. O Senhor não pode fugir a isso! Como acordámos, com um valente soco no estômago e sobretudo os mais pobres”. -----

---O Senhor Prof. Joaquim Matias: “Responder, um pouco, àquilo que o Senhor Dr. Carlos Casteleiro referiu, em relação à Brigada do Reumático, muito telegraficamente, gostava de lhe ler algumas coisas para ver quem é que, neste País, está definido e está indefinido: dia 24 de Novembro de 2009 (são palavras do Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates), a principal preocupação da política económica do Governo é a recuperação económica e o emprego, nesse sentido não é compaginável, com esses dois objectivos, um aumento de impostos; dia 2 de Fevereiro de 2010, o Senhor Primeiro-Ministro, disse: vamos fazer uma consolidação orçamental baseada na redução da despesa e não através do aumento de impostos, porque isso seria negativo para a economia Portuguesa; dia 8 de Março, o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates, disse o seguinte: O Governo vai concentrar-se na redução da despesa do Estado, tarefa que é, provavelmente, a mais difícil e exigente, mais fácil seria aumentar impostos mas, isso prejudicaria a nossa economia; dia 30 de Abril de 2010, o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates, disse: não há aumento do IVA, o que vamos fazer é o que está no PEC, a Senhora Deputada, referindo-se a uma Senhora Deputada do Partido Ecologista Os Verdes, vê lá o aumento do IVA? Não vê! Diz, o Primeiro-Ministro no debate quinzenal no Parlamento, perante a insistência da Deputada do Partido Ecologista Os Verdes, Heloísa Apolónia, estamos confiantes e serenos, fiéis ao nosso Programa. São essas medidas que importam tomar; dia 12 de Maio de 2010, o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates, diz: Portugal registou o maior crescimento económico da Europa no primeiro trimestre deste ano. Portugal foi o primeiro País a sair da condição de recessão económica e o que melhor resistiu à crise; dia 16 de Junho de 2010, o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates, rejeitou, em Bruxelas, o cenário de redução de salários na Função Pública, afirmando acreditar que as medidas já adoptadas pelo Governo são suficientes para atingir os objectivos orçamentais de 2010 e 2011.

Por último, o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates, no dia 24 de Agosto de 2010: entre Janeiro e Junho a nossa economia cresceu 1,4%, face à estimativa de 0,7% para o ano inteiro. Nestes seis meses, o crescimento da economia, que se verificou em Portugal, foi o dobro do previsto pelo Governo no início do ano, afirmou o Primeiro-Ministro em Vale de Cambra.

Senhor Deputado Dr. Carlos Casteleiro, quem tem que se definir em relação às indefinições constantes, permanentes, de uma mentira cavalgante de todos os dias é o Partido Socialista e, nomeadamente, o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates. Porque, Senhor Deputado, isto é inegável. São afirmações públicas e, pergunto-lhe se, eventualmente, aqui estão ou não estão indefinições? Estão ou não estão mentiras grosseiras aos Portugueses? Se, eventualmente, esconderam a realidade, durante tanto tempo, e agora, infelizmente, a verdade veio ao de cima". -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva: "Senhor Deputado Prof. Joaquim Matias, tudo aquilo que estive a frisar é verdade! Agora, o Senhor, tem que perceber é que o Mundo tem estado a mudar a uma rapidez extraordinária, nomeadamente, desde Maio e com dados muito concretos. Houve uma alteração, sobretudo, ao nível do preço da dívida soberana do Estado que fez uma alteração, brutal, naquilo que diz respeito à execução orçamental e que tem impactos, por exemplo, até na própria Câmara Municipal, não só ao nível das aplicações que tem feitas na Banca, que estão aqui reflectidas nos documentos, como também em qualquer operação de crédito, seja de uma Instituição Privada ou Pública, com aumentos brutais ao nível do preço. Só o impacto do aumento de 2 pontos percentuais, até Maio, tinha um impacto no final de ano, e estávamos a falar de 6% de dívida pública de, praticamente, 7 mil milhões de euros. O ano passado, o défice, equivaleu a 14 mil milhões!

O grande motivo que levou a que houvesse esta grande alteração, ao nível da despesa, tem que ver, exclusivamente, com o aumento reforçado, ao nível das transferências, para a Segurança Social que, até Maio, estavam a crescer 11%, nomeadamente, para pensões e subsídio de desemprego, para a Caixa Nacional de Aposentações e para a Fundação da Ciência e Tecnologia. Ao nível dos juros, até Maio, o custo do estado de financiamento estava 25% abaixo daquilo que era o período homólogo em 2009 e isto tem impactos vitais". -----

--- O Senhor Pedro Leitão apresentou uma Proposta de Recomendação referente ao Plano de Urbanização da Grande Covilhã (**doc. 07**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu-se à abertura do ano lectivo e à componente de Apoio à Família (**doc. 08**). -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivado em pasta própria. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata perguntou para quando está prevista a colocação dos Abrigos de Passageiros junto às Paragens. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu, mais uma vez, a falta da Informação Escrita. Lamentou o aumento na factura da água, com que os Covilhanenses se viram confrontados, sem que lhes fosse dado a conhecer quais as razões de tal aumento. De seguida, perguntou se os Protocolos feitos, com as Juntas de Freguesia, para a contratação de assistentes operacionais a tempo parcial, não deveriam ser acompanhados com os meios financeiros e o apoio técnico jurídico que os informasse dos procedimentos legais a desenvolver.

Quanto à situação financeira disse que na análise comparativa dos mapas, datados de 4.10.2010 e 11.12.2009, verificou que há um aumento de endividamento, da Câmara Municipal, em cerca de 6 milhões. “Registo o facto de, a Câmara, continuar a endividar-se de forma progressiva!” -----

--- O Senhor Dr. Nelson Silva referiu-se à atribuição da Medalha de Ouro e à entrega da Chave da Cidade ao Senhor Presidente da República, na visita que vai efectuar à nossa Cidade dia 20 de Outubro. “A Covilhã tem, por hábito, receber bem os seus convidados e, através desta atribuição, presta reconhecimento à figura Institucional do Senhor Presidente da República, muito nos honra, e quero que isto fique bem claro, que no Aniversário da nossa Cidade e neste momento especial que vivemos, que marque presença o Mais Alto Representante da República Portuguesa nestas Comemorações. Gostávamos de deixar muito claro que não nos revemos nos que reconhecem ao actual Presidente da República, feitos ou serviços, passados ou presentes, que tenham tido um carácter excepcional para a Cidade da Covilhã e para o Concelho da Covilhã. Portanto, é a posição do Grupo Parlamentar que gostaríamos de deixar muito clara, nesta Assembleia Municipal”.

“Realço com alguma preocupação, aquilo que continua a ser um peso excessivo, que a Câmara continua a ter, nas dívidas a fornecedores tendo, ao mesmo tempo, liquidez que permitiria, de alguma maneira, acomodar esta dívida, a fornecedores. É importante percebermos o momento que vivemos e, da parte do Partido Socialista, fica um apelo para que se reconsidere e se verifique a importância que a Câmara tem, as Autarquias Locais, aqui, como em todo o País, no apoio ao tecido empresarial.

Bem sabemos das dificuldades que estão a ter! Bem sabemos daquilo que têm sido os cortes que estão a ser levados a cabo! O momento, que o País vive, é um momento de excepção, mas não posso deixar, em consciência, de fazer este alerta e de chamar a atenção, para esta necessidade e para a importância que, a Câmara, tem no apoio ao tecido empresarial da Região e à discriminação positiva que deve fazer, em relação a esse tecido empresarial, e que não é, obviamente, condizente com aquilo que são, neste momento, as dívidas que registamos a fornecedores que ultrapassam mais de 10 milhões de euros” . -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira perguntou quais as diligências tomadas para: classificar e proteger a Ponte do Corge; a falta de iluminação, na Ponte Pedonal dos Penedos Altos, que está a dificultar o acesso e alertou para a situação do pavimento e corrimãos em que as tábuas começam a soltar-se; a reparação dos arruamentos, no Dominguiso, que se encontram muito degradados, apesar da recente construção. -----

--- O Senhor Pedro Leitão alertou para situações que chegaram ao Partido Socialista sobre: Ponte Pedonal continua sexy mas está a envelhecer rápido, está a haver uma degradação no tabuleiro; Rua Marquês d’ Ávila e Bolama o alcatroamento está degradado e os Parques da Degoldra e da Carpinteira têm um aspecto de descuido. -----

--- O Senhor Rui Amaro perguntou qual será o impacto das medidas, dos cortes anunciados pelo Governo às Autarquias, nomeadamente, à actividade da Câmara Municipal e quais as consequências para as Freguesias do nosso Concelho. -----

--- O Senhor Eng.º José Miguel Oliveira disse que aquando da discussão do tarifário da água e saneamento “O Senhor Presidente referiu, e com a sua razão, que o aumento de preços se deveu a uma política de investimento claro, por parte do Município, em infra-estruturas e, no aumento das percentagens de distribuição à População, no aumento da percentagem desse tipo de serviços. Senhor Presidente, eu gostava de saber qual é que é a justificação, que agora tem, para este aumento que ocorreu este ano?” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que:

- Os Abrigos de Passageiros serão colocados até final do mês. A Câmara abriu um concurso que ficou deserto. Estão a ser construídos por Empresas da Região e já existem exemplares no Largo da Garagem de S. João de Malta;

- O fornecimento de água potável tem custos. A construção da ETAR da Boidobra custou um milhão e tal de contos. O Zêzere não tem uma gota de água por tratar. As Ribeiras deixaram de estar poluídas. A razão dos aumentos, dos reajustamentos, é esta;

- A intervenção da Câmara Municipal cessa quando é celebrado o Protocolo com as Juntas de Freguesia. Mas, que isso, não invalidou a emissão dos pareceres jurídicos que foram solicitados, pelos Senhores Presidentes de Junta;

- Ao contrário do que, o Senhor Deputado Reis Silva, disse a Câmara tem menos 4 milhões de dívida do que no ano anterior. Porque tem vindo a amortizá-la.

- As observações, do Senhor Deputado Nelson Silva, revelam desconhecimento da história recente da Cidade. “Alguém que, está dez anos no Governo, deve ter tido alguma coisa de positivo. Neste caso, as coisas, são bastantes!”

Alguns exemplos: na Covilhã, de Instituto Universitário para Universidade, passámos em 1987; o lançamento do Túnel da Gardunha; o lançamento do TCT; a construção de 500 Fogos; o Pavilhão da ANIL; a Central de Camionagem; um Posto Alfandegário; a Faculdade de Medicina não existiria se, não tem aberto, nessa altura, o concurso para o Hospital Cova da Beira; a fabricação de tecidos, na Covilhã, só continua a ser possível, porque através da Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, injectou cerca de 20 milhões de contos.

“Mas, mesmo sem nada disto, acho que a primeira figura do Estado deve, no Município, ser distinguida.

Apesar de, há algum tempo, não termos, do Governo, a expressão de grandes decisões, para a Covilhã, o Senhor Primeiro-Ministro tem à disposição a Medalha de Ouro da Cidade.

Devemos salientar boas relações; devemos ter um carácter Institucional de realce àqueles que, efectivamente, significam muito em termos institucionais. E, é essa a razão porque, em unanimidade, o Município, em reunião privada, decidiu atribuir a Medalha de Ouro e as Chaves da Cidade”.

No pagamento, a Fornecedores, a situação está regularizada. Travaram o lançamento de obras, agora, só lançadas se estiverem completamente asseguradas.

- A Ponte Pedonal tem problemas de construção que vão ser resolvidos accionando a garantia bancária;

- O trabalho na Marquês d' Ávila e Bolama foi mal feito, vai fazer-se a reparação;

- Na Degoldra estão a pensar lançar um programa de reflorestação, de tratamento paisagístico, e dotá-lo com maior incidência;

- O Orçamento está a ser feito na base zero. Quando conhecerem as receitas, depois do Governo apresentar o Orçamento de Estado, vão descontar a responsabilidade com amortizações, despesas de pessoal, custos gerais e vão ver o que fica. Gostava muito de não tocar nas transferências para a Juntas mas não pode garantir nada;

- As Comemorações do 20 de Outubro têm um programa de força cultural, com artistas da Cidade. Procuraram comemorar mas com contenção;

- Apesar do quadro de restrição em que estamos a Câmara Municipal está a estudar a possibilidade da entrega, a título de empréstimo, de livros escolares do primeiro ciclo às Crianças. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que a Sessão Solene vai ser realizada em hora a combinar, com os Líderes de Bancada, para que não colida com a recepção ao Senhor Presidente da República. -----

2.2 - REGULAMENTO DO PDM - NORMA INTERPRETATIVA DO N.º 5 DO ARTIGO 8.º

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 02 de Julho de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 4288 de 2010.07.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc. 09**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento do PDM - Norma Interpretativa - Que o n.º 5 do artigo 8.º do Regulamento do PDM, que regulamenta condições de edificabilidade excepcionais para os Espaços Urbanos seja, em casos devidamente reconhecidos pela Câmara Municipal, igualmente aplicado às áreas classificadas na Carta de Síntese de Ordenamento do PDM como Espaço Urbanizável**, foi a mesma **aprovada por maioria com 58 votos a favor (PSD, PS, BE e CDS) e 4 votos contra (CDU)**. -----

2.3 - REGULAMENTO DA CENTRAL DE CAMIONAGEM DA COVILHÃ E TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA ZONA URBANA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 03 de Setembro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 5122 de 2010.09.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva solicitou a clarificação: do conceito de área urbana e da localização das Paragens, no caso de não serem comuns às duas Transportadoras; D. Isilda Barata solicitou esclarecimentos acerca da entrada e saída de passageiros das Carreiras Interurbanas, fora da Central de Camionagem; Prof. José Pinto (Boidobra) informou que se vê confrontado com a impossibilidade de proceder ao pagamento dos bilhetes, no âmbito do Cartão Social, porque a Empresa os emite com a indicação do fim de linha. Exemplificou que a um Munícipe: da Quinta Branca é-lhe emitido um bilhete com o percurso Garagem de S. João - Peraboa; da Boidobra é-lhe emitido um bilhete com o percurso Garagem de S. João - Belo Zêzere; Dr. Nelson Silva solicitou os bons ofícios da Câmara Municipal para que junto das operadoras encontre a melhor solução para a questão das paragens, para que o Cidadão tenha os transportes a seu favor e não contra; Dra. Neli Pereira referiu a falta do anexo, mencionado no número 2 do ponto 2, e solicitou esclarecimentos acerca das paragens das carreiras interurbanas.

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que: há dois pontos que conduziram a este Regulamento: a entrada em vigor da nova concessão e a aprovação e ratificação do Plano de Urbanização da Grande Covilhã que definiu o novo contexto territorial, da chamada Grande Covilhã.

Todos os transportes têm como direcção a Central de Camionagem, salvo, os Transportes vindos das Freguesias, que podem largar e tomar passageiros nas paragens definidas, o que não podem fazer é dentro do território que está concessionado. Este Regulamento define que, no Território da Grande Covilhã, existe uma Empresa Concessionária e a entrada, de fora, nesse território obedece as regras.

Quanto às questões levantadas pelo Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) vai averiguar a situação, com o Senhor Eng.º Leopoldo e com a Empresa.

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento da Central de Camionagem da Covilhã e Transporte de Passageiros da Zona Urbana**, foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor (PSD e CDS) e 13 abstenções (PS, CDU e BE)**. -----

2.4 - DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, SITA EM LAGOEIROS, FREGUESIA DE SANTA MARIA, DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de Outubro de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, conjugado com o disposto na alínea b) do n.º 4, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 5543 de 2010.10.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Desafectação de Parcela de Terreno, sita em Lagoeiros, Freguesia de Santa Maria, do Domínio Público para o Domínio Privado do Município**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezassete horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,